

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente para o trimestre findo em 31 de março de 2025

Ref.: Relatório nº 256RN-003-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações intermediárias	8
Demonstrações financeiras intermediárias	10
Notas explicativas da administração às informações intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025	17

3.3. Receita Operacional Líquida

	3M2025
Receita operacional bruta	<u>5.210</u>
(-) ISSQN	<u>(260)</u>
(-) PIS	<u>(32)</u>
(-) COFINS	<u>(149)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>9.879</u>
(-) Receita de construção	<u>(5.110)</u>
ROL (-) Receita de Construção	<u>4.769</u>

3.4. Custos Operacionais

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação de rotina e na prestação de serviços aos usuários das rodovias, bem como pela amortização das obras executadas conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação das rodovias.

Compõem ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, verba da polícia rodoviária, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórios, custo com pessoal operacional, custo de construção e provisão de manutenção de acordo com o OCPC 05.

Os custos incorridos no período de 3M25, foram de R\$ 1.765, o equivalente a 37,01% da receita operacional líquida.

	3M2025
Custos com conservação	<u>(4)</u>
Custos com operação	<u>(733)</u>
Custos com pessoal	<u>(526)</u>
Custo de construção	<u>(5.110)</u>
Custos com verbas e seguros contratuais	<u>(502)</u>
Custos Operacionais	<u>(6.875)</u>

3.5. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e depreciação dos bens administrativos da concessão, os gastos incorridos no período de 3M25, foram de R\$ 2.417.

	3M2025
Despesas com pessoal	<u>(402)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.926)</u>
Depreciação / amortização	<u>(89)</u>
Despesas Operacionais	<u>(2.417)</u>

3.6. Ebitda

O EBITDA, no período de 3M25, totalizou R\$ 676, e sua margem, em relação a receita operacional líquida, foi de 14,17%.

Reconciliação do Ebitda	3M2025
Lucro Líquido	1.756
(+) IR e CS	896
(+) Resultado financeiro líquido	(2.065)
(+) Amortização	89
EBITDA	676
Margem EBITDA (1)	14,17%

(1) Cálculo Ebitda = (Resultado da reconciliação do Ebitda / Receita Líquida Operacional) apurado corresponde ao lucro antes de juros, impostos, provisões, depreciações e amortizações.

3.7. Resultado Financeiro

No período de 3M25 o resultado financeiro líquido ficou positivo em R\$ 2.065, devido aos rendimentos financeiros, decorrentes de aplicações de saldos de aportes de capital.

	3M2025
Receitas Financeiras	2.231
Despesas Financeiras	(166)
Resultado Financeiro	2.065

3.8. Lucro líquido do período

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 1.756, no período de 3M25. O valor está relacionado o início da cobrança de pedágio 21 de março de 2025 e rendimentos financeiros.

	3M2025
Lucro líquido do período	1.756

3.9. Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto %	Periodos findo em:				
	31/03/2025	AV%	31/12/2024	AV%	AH%
Ativo Circulante (AC)	101.641	72,81%	1	100,00%	n/a
- Disponibilidades	94.596	67,76%	1	100,00%	n/a
- Recebíveis	3.817	2,73%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos circulantes	3.228	2,31%	-	0,00%	n/a
Ativo Não-Circulante	37.965	27,19%	-	0,00%	n/a
- Partes relacionadas	2.057	1,47%	-	0,00%	n/a
- Outros ativos longo prazo	2.353	1,69%	-	0,00%	n/a
- Imobilizado	14.111	10,11%	-	0,00%	n/a
- Intangível	19.444	13,93%	-	0,00%	n/a
- Liquidez Geral	15,94	0,01%	n/a	n/a	n/a
- Imobil. Recursos Permanentes	5,23	0,00%	n/a	n/a	n/a
Ativo Total (AT)	139.606	100,00%	1	100,00%	n/a
Passivo Circulante (PC)	4.392	3,15%	-	0,00%	n/a
- Fornecedores	2.416	1,73%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	424	0,30%	-	0,00%	n/a
- Outros passivos circulantes	1.552	1,11%	-	0,00%	n/a
Passivo Não-Circulante	1.985	1,42%	-	0,00%	n/a
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.985	1,42%	-	0,00%	n/a
- Dívida Bruta	6.377	4,57%	-	0,00%	n/a
- Composição do Endividamento	68,9%	0,00%	n/a	n/a	n/a
- Endividamento Geral	21,89	0,02%	n/a	n/a	n/a
Patrimônio Líquido (PL)	133.229	95,43%	1	100,00%	n/a
- Capital Social	131.473	94,17%	1	100,00%	n/a
- Lucros período	1.756	1,26%	-	0,00%	n/a
Passivo Total (PT)	139.606	100%	1	100%	n/a

- Onde: AV (Análise vertical) AH (Análise horizontal)

Não há análises de sensibilidade das movimentações das contas patrimoniais devido a companhia ter iniciado suas operações em 2025, em 2024, apenas aporte inicial de capital social conforme demonstrado no quadro acima.

4. Governança Corporativa

Relacionamento com os auditores independente

Em conformidade com a Resolução CVM nº80, e com as políticas da Companhia informamos que os auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., não prestaram durante o período findo em 31 de março de 2025, outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações trimestrais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

5. Agradecimentos

A diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

Uberaba, 06 de outubro de 2025.

Paulo Nunes Lopes
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 6º andar, Sala 602 - Vila do Golf - Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.
Uberaba - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Data de constituição da Companhia e informações comparativas

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia está em fase de início de operações (tendo sido constituída em 02 de dezembro de 2024), motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período comparativo a 31 de março de 2025. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 06 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	94.596	1
Contas a receber de clientes	5	3.817	-
Partes relacionadas	13	12	-
Despesas antecipadas	6	2.945	-
Adiantamentos	-	211	-
Outros ativos	-	60	-
Total do ativo circulante		101.641	1
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	13	2.057	-
Impostos diferidos	17	13	-
Direito de uso	7	2.340	-
Imobilizado	8	14.111	-
Intangível	9	14.333	-
Intangível em construção	9	5.111	-
Total do ativo não circulante		37.965	-
Total do ativo		139.606	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	616	-
Obrigações tributárias e sociais	11	1.552	-
Obrigações contratuais	12	1.800	-
Passivos de arrendamentos	14	424	-
Total do passivo circulante		4.392	-
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamentos	14	1.985	-
Total do passivo não circulante		1.985	-
Patrimônio líquido			
Capital social	-	131.473	1
Lucro do período	-	1.756	-
Total do patrimônio líquido	15	133.229	1
Total do passivo e do patrimônio líquido		139.606	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado para o período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025
Receita operacional líquida	18	9.879
Custo dos serviços prestados	19	(6.875)
Resultado bruto		3.004
Despesas gerais e administrativas	19	(2.417)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		587
Receitas financeiras	20	2.231
Despesas financeiras	20	(166)
Resultado financeiro		2.065
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social		2.652
Imposto de renda e contribuição social	17	(909)
Imposto diferido	17	13
Resultado líquido do período		1.756
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ação		25.743
Lucro básico por ação - em R\$		0,0682

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025
Resultado líquido do exercício	-
Outros resultados abrangentes	1.756
Resultados abrangentes do exercício	1.756

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1	-	1
Lucro líquido do período	-	-	1.756	1.756
Integração de capital social	15	131.472	-	131.472
Saldos em 31 de março de 2025		131.473	1.756	133.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

31/03/2025	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	2.652
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	89
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais	
Contas a receber de clientes	(3.817)
Despesas antecipadas	(2.945)
Adiantamentos	(211)
Outros ativos de curto prazo	(60)
Fornecedores	616
Obrigações contratuais	1.800
Partes relacionadas	(2.069)
Obrigações tributárias e sociais	754
Imposto de renda e contribuição pagos	(111)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.302)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Adições ao ativo imobilizado	(14.111)
Adições ao ativo intangível	(19.444)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(33.555)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	131.472
Arrendamento	(20)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	131.452
Amento líquido de caixa e equivalentes de caixa	94.595
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	94.596
Amento líquido de caixa e equivalentes de caixa	94.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 31 de março 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025
Receitas	
Receita operacional	5.210
Receita de construção	5.110
Total	10.320
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados	(1.230)
Custo de construção	(5.110)
Materiais, energia, serviços e outros	(1.731)
Total	(8.071)
Valor adicionado bruto	2.249
Depreciação e amortização	(89)
Valor adicionado líquido produzido	2.160
Valor recebido em transferência	
Receitas financeiras	2.231
Total	2.231
Valor adicionado total a distribuir	4.391
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e encargos	
Remuneração direta	(433)
Benefícios	(155)
F.G.T.S.	(35)
Outros	(305)
Total	(928)
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	(1.178)
Municipais	(260)
Total	(1.438)
Juros e aluguéis	
Juros	-
Aluguéis	(109)
Outros	(160)
Total	(269)
Remuneração de capitais próprios	
Lucros do período	(1.756)
Valor adicionado total distribuído	(4.391)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso no 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG - Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR- 050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. A operação teve início em 21 de março de 2025, com 04 (quatro) praças de pedágio. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Concessão da Rodovia BR 262 MG S.A., serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em função do início das operações da Companhia em março de 2025, os saldos contábeis apresentados em 31 de dezembro de 2024 refletem exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Dessa forma, os saldos comparativos entre os períodos são praticamente nulos, não sendo possível estabelecer análises de variação ou evolução entre os exercícios. A estrutura patrimonial e de resultado apresentada em 31 de março de 2025 representa, portanto, o primeiro ciclo contábil efetivo da Companhia, após o início da cobrança de pedágio e da execução das atividades previstas no contrato de concessão.

2. Base de preparação e apresentação das Informações Financeiras Intermediárias

a) Base de apresentação das informações trimestrais

As informações intermediárias trimestrais foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A base de elaboração das informações financeiras é o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de reais (“R\$”), que também é a moeda funcional da Companhia, exceto se mencionado de outra forma. Quando efetuadas divulgações de montantes em outras moedas, os valores também são apresentados em milhares, exceto se mencionado de outra forma.

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação de passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil de ativos e passivos em exercícios futuros.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

[valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão detalhados na Nota 3.10 – Uso de estimativas e julgamentos. A Companhia elaborou suas informações financeiras intermediárias considerando a capacidade da continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nesse caso, informações trimestrais, têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não repetem informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

A Administração aprovou estas demonstrações contábeis intermediárias em 06 de novembro de 2025.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas.

Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota 5.

3.3. Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.4. Intangível

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.6. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e passivos de arrendamento.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou ativos financeiros complexos. Portanto, os demais dispositivos previstos na norma não se aplicam à realidade operacional da Companhia.

3.7. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme abaixo:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.8. Arrendamentos

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

3.9. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Demonstração do valor adicionado (“DVA”) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

3.10.2 Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

3.10.3 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas no período em que ocorrem e em períodos futuros afetados.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no **custo histórico**, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a **continuidade operacional** da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o período apresentado.

	31/03/2025
Lucro líquido do período	1.756
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ação	25,743
Lucro básico por ação - em R\$	0,0682

3.13. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas e aprovadas pelo IASB e CVM, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

- Resolução CVM no 193/23, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 219/24 e pela Resolução CVM nº 227/25 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* ("ISSB") - Implementação em 01.01.26;

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Implementação em 01.01.27;
- Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – Implementação em 01.01.27.

A Companhia está monitorando potenciais impactos que essas novas normas poderão

trazer e não espera efeitos relevantes, com exceção ao IFRS 18/CPC 51 e Resolução CVM nº193/23.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa geral (praças e sede)	989	1
Bancos - conta corrente	43	-
Bancos - aplicação	93.564	-
Total	94.596	1

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs em com remuneração entre 95% e 110% do CDI, 31 de março de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

5. Contas a receber

	31/03/2025
Pedágio eletrônico	3.817
Total	3.817

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de março de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber e substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de março de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

A arrecadação de pedágio na companhia, iniciou em 21 de março de 2025.

6. Despesas antecipadas

	31/03/2025
Seguros a apropriar	2.945
Total	2.945

Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

7. Direito de uso

a) Composição

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/03/2025	31/12/2024
Imóveis (1)	10%	2.429	(89)	2.340	-
Total		2.429	(89)	2.340	-

(1) Direito de uso referente a locação de prédios administrativos.

b) Movimentação

Custo	Imóveis
Saldos em 31/12/2024	-
Adição	2.429
Saldos em 31/03/2025	2.429
Amortização	(89)
Saldos em 31/03/2025	(89)
Valor residual líquido	
Saldos em 31/12/2024	-
Saldos em 31/03/2025	2.340

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/03/2025	
Equipamentos e instalações	10%	1.031	-	1.031	
Móveis e utensílios	10%	538	-	538	
Veículos	20%	8.237	-	8.237	
Computadores e periféricos	20%	924	-	924	
Adiantamento fornecedores (*)	-	2.187	-	2.187	
Em andamento	-	1.194	-	1.194	
Total		14.111	-	14.111	

(*) Se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (computadores, máquinas e equipamentos, veículos).

b) Movimentação

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Adto. fornecedores	Em andamento	Total
Saldos em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-
Adição	1.031	538	8.237	924	2.187	1.194	14.111
Saldos em 31/03/2025	1.031	538	8.237	924	2.187	1.194	14.111

9. Intangível e intangível em construção

a) Composição

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/2025
Gasto com leilão - outros ativos	0,00%	11.501	-	11.501
Software	20,00%	1.051	-	1.051
Adto a fornecedores (*)	-	1.781	-	1.781
Em construção	-	5.111	-	5.111
Total		19.444	-	19.444

(*) Se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo intangível (sistemas de arrecadação e outros intangíveis).

b) Movimentação

Custo	Gastos com		Adto a	Total do	
	leilão	Software	fornecedores	Intangível	Intangível em construção
Saldos em 31/12/2024	-	-	-	-	-
Adição	11.501	1.051	1.781	14.333	5.111
Saldos em 31/03/2025	11.501	1.051	1.781	14.333	5.111

10. Fornecedores

	31/03/2025
Diversos	616
Total	616

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 90 dias.

11. Obrigações sociais e tributárias

	31/03/2025
Tributárias:	
Imposto de renda	555
Contribuição social	242
PIS	37
Cofins	180
ISS	274
Impostos retidos terceiros	36
Total das obrigações tributárias	1.324
Sociais	
INSS	126
IRRF	17
FGTS	-
Provisões férias e 13o salário	85
Total das obrigações sociais	228
Obrigações sociais e tributárias	1.552

12. Obrigações contratuais

	31/03/2025
Diversos	1.800
Total	1.800

Os passivos de obrigações contratuais são referentes a seguros obrigatórios do 1º ano da concessão, seguro garantia, e riscos (operacional, engenharia e civil).

13. Transações com partes relacionadas

	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
4Road Concessões S.A. (*)	-	-	4	-
Rotas do Brasil S.A. (**)	-	-	8	-
Rota da BR 262 MG S.A. (***)	-	-	2.057	-
Total	-	-	2.069	-
Circulante	-	-	12	-
Não circulante	-	-	2.057	-

(*) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos, serão reembolsadas no período de 12 meses.

(**) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos, serão reembolsadas no período de 12 meses.

(***) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos, serão reembolsadas no período de 12 a 24 meses.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 3 diretores, eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

No período findo de 31 de março de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 40 (quarenta mil reais).

14. Arrendamento operacional

	31/03/2025
Saldo inicial	-
Adições	2.429
Baixas	(60)
AVP Despesa financeira	40
Saldo final	2.409
Passivo circulante	424
Passivo não circulante	1.985

Arrendamento referente a locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2024, é de R\$ 277.943.

Em 31 de março de 2025, o capital social integralizado totalizava R\$ 131.473 correspondente aos aportes realizados após a assinatura do contrato de concessão e início das operações.

A integralização do valor remanescente está vinculada à implantação das demais praças de pedágio previstas no contrato, com expectativa de realização ao longo dos 12 meses seguintes, conforme cronograma de execução da concessão.

Abaixo a composição do quadro societário da Companhia em 31 de março de 2025:

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
Rota da BR 262 MG S.A.	57.582.342/0001-84	Brasil	100,00%	131.472.983	131.473

a) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do período, até que atinja 20% do capital social. Como as demonstrações contábeis ora apresentadas referem-se ao primeiro trimestre de 2025, a reserva legal ainda não foi constituída, sendo sua apuração e registro realizados apenas ao término do exercício anual.

b) Reserva de lucros - lucros retidos

A constituição de reservas de lucros será avaliada ao final do exercício social, conforme deliberação dos acionistas e nos termos da Lei no 6.404/76. Até 31 de março de 2025, não houve constituição de reservas de lucros, sendo que sua eventual formação dependerá da destinação do lucro líquido anual e da aprovação em assembleia geral.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

16. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Segue abaixo o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	31/03/2025	31/12/2024	Nível hierárquico do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4)	93.564	-	2
Ativos custo amortizado cujo valor justo é divulgado			
Contas receber (Nota Explicativa nº 5)	3.817	-	2
Passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado			
Fornecedores	616	-	-
Arrendamentos operacionais	3.531	-	-

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- **Nível 3** - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em dezembro de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de março de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório focus de 28 de março de 2025 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

Indexador	Aplicações Financeiras				
	Queda de 25% Cenário II	Queda de 50% Cenário I	Base Case Cenário Provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

Aplicação	Taxa de remuneração	Projeção das Receitas Financeiras - 2025					
		Saldo principal	Queda de	Queda de	Base Case	Aumento de	Aumento de
		31/03/2025	25%	50%	Case	25%	50%
Aplicação	CDI	93.564	10.526	7.017	14.035	17.543	21.052
Total aplicado		93.564	10.526	7.017	14.035	17.543	21.052

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2025

	31/03/2025
Lucro antes dos impostos e contribuições	2.652
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	(902)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):	
Outras adições permanentes	6
Imposto de renda e contribuição social	(896)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(909)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13
Alíquota efetiva	34%

18. Receita operacional líquida

	31/03/2025
Receitas de pedágios	5.210
Receita de construção	5.110
Impostos incidentes sobre serviços	(441)
Receita líquida	9.879

19. Custos e despesas por natureza

	31/03/2025
Custo operacional	
Custo de conservação rodovias	(4)
Custo operacional de rodovias	(733)
Custo com pessoal	(526)
Custo de construção	(5.110)
Seguros	(502)
Total	(6.875)

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

Referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2025
Despesas gerais e administrativas	
Despesas com pessoal	(402)
Serviços de terceiros	(506)
Material e equipamentos	(299)
Despesas gerais	(1.121)
Amortização arrendamento	(89)
Total	(2.417)

20. Resultado financeiro

	31/03/2025
Receitas	
Rendimentos de aplicação	2.178
Outros	53
Total	2.231
Despesas	
PIS e Cofins s/receita financeira	(101)
AVP Arrendamentos operacional	(41)
Outros	(24)
Total	(166)
Total	2.065

21. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de março de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	01/02/2025 a 02/02/2026	567.952	236.000.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. Civil Geral	01/02/2025 a 02/02/2026	598.627	10.000.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos Operacional	01/02/2025 a 02/02/2026	1.916.733	30.000.000
Axa Seguros S.A.	Riscos Engenharia	01/02/2025 a 01/02/2026	109.528	118.105.648
Total				394.105.648

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

22. Compromissos com a concessão

a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no (PER) Programa de Exploração Rodoviária.

b) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A Tabela abaixo previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

Período	Valor
03 a 12/2025	5.847
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
2029 a 03/2055	180.024
Total	208.374

23. Contigência

A Companhia não possui processos judiciais ativos ou passivos contingentes relevantes até a presente data.

24. Eventos subsequentes

Aporte de capital

Na data de 19 de setembro de 2025, a companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$ 136.149.960,00, que se refere a segunda integralização obrigatória, conforme clausula do contrato e concessão e prevista para 12 meses, a antecipações e dá ao fato de antecipação dos trabalhos iniciais e conseqüentemente implantação e início de cobrança das duas (2) praças de cobranças automáticas previstas até o final do período.